

GUIA CIDADANIAR • • • • • ○ ○

Diversidades, equidade e inclusão



GUIA CIDADANIAR • • • • • ○ ○

Diversidades, equidade e inclusão

UNESCO – líder mundial em educação

A educação é a principal prioridade da UNESCO, porque é um direito humano básico e o pilar para a paz e o desenvolvimento sustentável. A UNESCO é a agência especializada das Nações Unidas para a educação e fornece liderança mundial e regional para impulsionar o progresso, fortalecendo a resiliência e a capacidade dos sistemas nacionais de atender a todos os estudantes. A UNESCO enfrenta os desafios globais por meio da aprendizagem transformadora, com foco especial na igualdade de gênero e na África, em todas as suas ações.

Agenda Mundial da Educação 2030

A UNESCO, no papel de agência especializada das Nações Unidas para a educação, está encarregada de liderar e coordenar a Agenda 2030 para a Educação, a qual faz parte de um movimento global para erradicar a pobreza por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030. A educação, essencial para o cumprimento de todos esses objetivos, tem seu próprio ODS, o de número 4, que visa a “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”. O Marco de Ação da Educação 2030 fornece orientações para a implementação desses ambiciosos objetivos e compromissos.

Esclarecimento: a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas as suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, nesta publicação, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam escritos no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.

Publicado em 2025 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França e a Representação da UNESCO no Brasil, em parceria com o Instituto Nelson Wilians.

© UNESCO 2025



Este material está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>).

Ao utilizar o conteúdo do presente material, os usuários aceitam os termos de uso do Repertório UNESCO de acesso livre (<https://www.unesco.org/pt/open-access/cc-sa>).

Esta licença aplica-se exclusivamente aos textos. Para uso de imagens, é necessário pedir permissão prévia. As publicações da UNESCO são de livre acesso e todas são disponibilizadas *online*, sem custos, pelo repositório de documentos da UNESCO. Qualquer comercialização de suas publicações feita pela UNESCO serve para cobrir custos nominais reais de distribuição e de impressão ou cópia de conteúdo em papel ou CDs. Não há fins lucrativos.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste material não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas neste material são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

BR/2025/PI/H/11
Publicado no Brasil

COORDENAÇÃO TÉCNICA**DA REPRESENTAÇÃO DA
UNESCO NO BRASIL:****Marlova Jovchelovitch Noleto**

Diretora e representante

Maria Rebeca Otero Gomes

Coordenadora do setor de educação

Aline Vieira

Oficial de projetos

Maria Rehder

Oficial de projetos

COORDENAÇÃO TÉCNICA DO**INSTITUTO NELSON WILIANS:****Anne Carolline Wilians****Vieira Rodrigues**

Diretora-presidente

William Ruiz Patrício de Lima

Gerente de projetos sociais

REDAÇÃO:**Cláudia Bonfim**

Consultora para o setor de
educação da UNESCO no Brasil

Rodrigo Deodato

Consultor para o setor de
educação da UNESCO no Brasil

REVISÃO TÉCNICA:**Adriana Silva**

Consultora para o setor de
educação da UNESCO no Brasil

Aline Vieira

Oficial de projetos no setor
de educação da UNESCO no Brasil

Anna Lara Fernandez Soares

Analista de projetos sociais do INW

Célio da Cunha

Consultor para o setor de
educação da UNESCO no Brasil

Clara Gomes Freitas

Analista de projetos sociais do INW

Laiane Silva Dantas de Azevedo

Analista de marketing do INW

William Ruiz Patrício de Lima Gerente de

projetos sociais do Instituto Nelson Wilians

EDIÇÃO, PADRONIZAÇÃO**E REVISÃO DE TEXTO:****Fabiana Pereira**

P&B Comunicação

Luanda Nera

LNera Comunicação

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**Letícia Fiuza**

Amí Comunicação e Design

Pabline Felix

Amí Comunicação e Design

Ronei Sampaio

Amí Comunicação e Design

APRESENTAÇÃO UNESCO

A necessidade de agir coletivamente e impulsionar experiências inovadoras para superar as muitas adversidades do mundo contemporâneo originaram o Projeto Cidadaniar, uma cooperação técnica entre a UNESCO e o Instituto Nelson Wilians (INW) para promover a cultura da legalidade e a justiça social, baseada na abordagem da educação para a cidadania global. O projeto está alinhado à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em especial à meta 4.7 do ODS 4, e impulsiona ações educacionais para o avanço dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável, da participação social, das juventudes, das diversidades, da equidade e da inclusão.

A educação para a cidadania global, que está no cerne desta iniciativa, tem por objetivo o desenvolvimento do sentimento de pertencer a uma humanidade em comum, e da habilidade de entender, agir e relacionar-se de maneira pacífica e harmoniosa com outras pessoas, independentemente de suas origens e condições. Isso se dá com base na construção do pensamento crítico e em valores universais do respeito às diversidades, sem deixar ninguém para trás. Assim, o projeto trabalha questões que impactam a vida de todas as pessoas: fortalecimento da paz, da justiça e dos direitos humanos; promoção da cultura da legalidade; avanços e desafios do Estado de direito; e acesso igualitário à justiça.

Diante disso, foi criado um conjunto de materiais educacionais para formar e orientar públicos variados

sobre esses assuntos. Trata-se dos Guias Cidadaniar, que você tem em mãos agora. Eles trazem uma abordagem dinâmica e contam com conceitos contextualizados e atividades práticas. São eles: 1) Direitos Humanos e Democracia; 2) Cultura da Legalidade e Cidadania; 3) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Justiça Social; 4) Participação Social e Juventudes; 5) Diversidades, Equidade e Inclusão; 6) Gestão de Projetos Sociais; e 7) Orientações Metodológicas Gerais.

Os guias estão alinhados com a nova Recomendação da UNESCO sobre Educação para a Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, um documento fundamental que define o que precisa evoluir na e por meio da educação para alcançar esses objetivos. A Recomendação descreve ações a serem tomadas em diferentes níveis de educação para garantir uma abordagem sistêmica e integral. Os Guias Cidadaniar respondem justamente aos objetivos de aprendizagem para atingir as metas da Recomendação, abordando temas relacionados ao respeito pelas diversidades; habilidades de cidadania e senso de pertencimento a uma mesma humanidade; e habilidades de transformação, tomada de decisões e colaborativas.

Desse modo, a UNESCO no Brasil acredita que o projeto e os guias representam mais uma importante etapa na rota das transformações em prol de sociedades mais justas e igualitárias.

Boa leitura!

APRESENTAÇÃO INW

O Instituto Nelson Wilians (INW) e a UNESCO uniram-se para dar vida ao Projeto Cidadaniar com um propósito muito claro: fortalecer a cidadania ativa e garantir que ninguém desconheça seus direitos. Desde sua fundação em 2017 por Anne Wilians, o INW atua para democratizar oportunidades e diminuir as desigualdades sociais, utilizando a educação, o direito e a cultura da legalidade como estratégias de transformação social. É com essa mesma missão e comprometimento que o INW e a UNESCO construíram juntos esta iniciativa inovadora.

O Projeto Cidadaniar nasceu da necessidade de engajar juventudes, organizações sociais e lideranças comunitárias no exercício pleno da cidadania. Realizada em diferentes territórios do Brasil por meio do Edital NW, esta iniciativa promoveu debates, qualificações, reflexões e ações práticas voltadas para a participação social e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Foi a partir dessa experiência transformadora que surgiu a ideia de produzir os guias Cidadaniar.

Esses sete guias foram criados como companheiros de jornada para educadores e estudantes, com o objetivo de apoiar o aprendizado e o desenvolvimento da cidadania ativa na prática. São materiais pensados para inspirar, orientar e, acima de tudo, engajar os jovens a exercerem seus direitos e deveres e a se tornarem protagonistas de mudanças positivas em suas comunidades e na sociedade.

A cidadania ativa, conceito central que permeia todo os materiais, é a crença de que conhecer direitos e responsabilidades é apenas o ponto de partida. Cidadaniar é agir, ocupar espaços, influenciar decisões e promover mudanças reais e duradouras. Essa visão guia o trabalho do INW, que já impactou mais de 74 mil pessoas em todo o Brasil, especialmente mulheres e jovens, promovendo o protagonismo e gerando transformações coletivas e individuais.

Para facilitar o uso, cada guia combina teoria e prática. A parte teórica apresenta conceitos fundamentais, exemplos inspiradores e reflexões, enquanto a parte prática traz oficinas e atividades que convidam à ação. Essa estrutura foi pensada para tornar o aprendizado dinâmico e aplicável no dia a dia.

Assim, o INW e a UNESCO convidam você a se juntar a essa missão: vamos cidadaniar? Que este guia inspire novas ações, fortaleça o conhecimento e traga recursos para ampliar a participação social, transformar vidas e construir um futuro mais justo e inclusivo.

Boa jornada!

Sumário

<u>Introdução</u>	12
<u>1. Diversidades</u>	15
1.1 Diversidades étnicas e diálogo intercultural	20
1.2 Lugar de fala: respeito e reconhecimento	24
<u>2. Equidade e inclusão</u>	29
2.1 “Não deixar ninguém para trás”	42
<u>Vamos praticar?</u>	48
<u>Vamos cidadaniar?</u>	50
<u>Referências</u>	59



Introdução

Em vários momentos dos demais guias desta série elaborada no Projeto Cidadaniar – uma cooperação técnica entre a UNESCO e o Instituto Nelson Wilians –, já tivemos a chance de falar sobre cidadania. Ela é uma das bases fundamentais das sociedades democráticas, equitativas e justas. É pelo exercício da cidadania que as pessoas votam, participam de eleições e usufruem de seus direitos. Mas, para isso ocorrer, é necessário que cada pessoa vivencie a cidadania e acesse seus direitos de forma plena. E isso acontece somente quando ninguém é excluído ou impedido de exercer seus direitos.

Dito de outra maneira, é apenas em uma sociedade inclusiva, que respeita as diversidades, que podemos exercer a cidadania plena. Trata-se de uma cidadania que garante a inclusão de todas as pessoas, independentemente de sua origem, cor, etnia, gênero, orientação sexual ou qualquer outra característica, e que respeita as mais variadas formas de cada pessoa ser e estar no mundo.

Quando uma sociedade respeita, reconhece, valoriza e promove as diversidades, ela oferece meios e espaços para que todas as pessoas exerçam a cidadania e expressem sua identidade sem medo de sofrer preconceito ou discriminação. Para tanto, é necessário que políticas públicas sejam implantadas pelos governos para assegurar o respeito às diversidades, promovendo assim o entendimento entre as pessoas e a valorização das diferenças.

Por isso, a inclusão é tão necessária: ela garante que todas as pessoas tenham oportunidade de participar e contribuir plenamente na vida social, econômica, cultural e política de suas comunidades. É a inclusão



que permite dissolver as barreiras que no dia a dia se expressam como atitudes e formas de agir de outras pessoas, e até de instituições, para impedir indivíduos de acessarem seus direitos. Respeitar as características pessoais, proporcionar a participação ativa e impulsionar a contribuição para o bem comum favorecem as condições para o respeito e para a autonomia de todas as pessoas.

A relação entre cidadania, diversidades e inclusão e os desafios para o alcance dessas dimensões tornam-se nítidos quando observamos o empenho histórico de grupos marginalizados, como a população negra, indígenas, LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e intersexo), pessoas com deficiência, mulheres, entre outros. Preconceito, discriminação e exclusão social são expressões que você já deve ter ouvido. São exatamente os impactos dessas expressões que comprometem a capacidade de determinados grupos sociais de acessarem seus direitos. Tratar as pessoas com equidade, ou seja, reconhecendo suas especificidades, visando corrigir desigualdades e proporcionar acesso igualitário aos direitos para todas elas é dever do Estado, de todas as pessoas, de todas as instituições e das organizações da sociedade civil.

Assim, cidadania, diversidades e inclusão são elementos indissociáveis na construção de um futuro mais justo e igualitário. Neste Guia Cidadaniar vamos dialogar sobre aspectos que envolvem essas três questões. Além disso, ao trazermos exemplos de como trabalhar esses temas em seu cotidiano, refletindo em ações práticas tudo o que aprenderá aqui, fazemos a você o convite que se renovará em cada Guia desta coleção: venha cidadaniar com a gente!



1. Diversidades

Adobe Stock/Eugenio Marongiu



Você já deve ter percebido que as pessoas se enxergam e enxergam as coisas à sua volta de formas diferentes. A depender dos grupos, as maneiras de ver uma mesma situação podem mudar completamente. Isso pode gerar atritos e desentendimentos entre as pessoas, ainda mais em um país tão multicultural, populoso e com regiões tão diversas como o Brasil. Mas será que o problema é o outro ser diferente, ou a dificuldade está na falta de acolhimento, compreensão e respeito à diferença?



Aqui iniciamos um caminho de reflexão em que as palavras “**diferença**” e “**diversidades**” nos acompanharão, pois quando mencionamos esses dois termos, apesar de suas semelhanças, temos um cenário de características específicas e que merecem ser detalhadas.

Quando falamos de diversidades e diferenças entre grupos de pessoas, referimo-nos às características que os distinguem de outros indivíduos. Isso significa que raciocinamos com a ideia de relação e acontece, porque nós, seres humanos, somos seres relacionais e vivemos em constante interação uns com os outros. Podemos dizer inclusive que uma das principais características de sermos humanos é justamente vivermos em sociedade.

Contudo, uma sociedade é sempre composta por seres humanos, e cada um deles tem suas próprias características. Isso é o que conhecemos por “diversidades”. As diversidades estão baseadas na existência de diferenças, que podem ser raciais, étnicas, econômicas, culturais, de gênero, entre outras. É porque existem as diferenças que existem as diversidades.

Conviver com as diferenças pode parecer desafiador, se não compreendemos que, em sociedade, devemos buscar harmonizar as relações entre todos os seus membros, respeitando os valores de cada grupo. Aqui, entendemos por valor o que é fruto das crenças, princípios e ideais que orientam o comportamento humano e a tomada de decisões em uma determinada sociedade ou grupo. Os valores são importantes, pois estão intimamente ligados à cultura, às normas, às instituições e às interações entre as pessoas. Pode-se dizer que os valores influenciam em como as pessoas percebem e entendem o mundo e assim determinam o que consideram ser importante, desejável ou moralmente correto para elas. Assim sendo, os valores de uma sociedade mudam com o passar do tempo, sendo profundamente influenciados

por fatores como família, educação, religião e mídia, por exemplo. Entretanto, embora alguns valores mudem, existem aqueles que são universais, como o respeito ao outro e a seus modos de ser e entender a vida.

Dito isto, é importante iniciarmos uma reflexão que nos acompanhará por todo este Guia Cidadaniar: será que agimos no dia a dia em sociedade de maneira a respeitar e a promover as diversidades entre as pessoas? E, com relação às outras pessoas, elas conseguem respeitar e promover as diversidades reconhecendo sua própria identidade?

Se queremos viver e promover a cidadania global¹ nos lugares onde vivemos ou atuamos, é fundamental compreendermos que as nossas diferenças e as das outras pessoas devem ser acolhidas, pois são parte da identidade de cada um de nós.

Imagine, por um momento, como pode ser difícil para uma pessoa trans, uma pessoa com deficiência ou uma pessoa negra estar em uma sala de aula, em uma entrevista de emprego ou à espera de atendimento em algum órgão público e ser chamada ou tratada de forma

1. “Quando se fala em cidadania global, a partir da visão da UNESCO, entende-se que é um conceito relacionado ao desenvolvimento, em cada indivíduo, do sentimento de pertencer não só à sua comunidade local, mas também a uma comunidade mais ampla, à humanidade como um todo. É um modo de entender, agir e relacionar-se com as outras pessoas e com o meio ambiente no espaço e no tempo, com base em valores universais, por meio do respeito às diversidades e ao pluralismo. Também envolve o desenvolvimento da capacidade de estar informado, pensar criticamente e agir de forma ética e responsável. Nesse contexto, a vida de cada indivíduo tem implicações em decisões cotidianas que conectam o global com o local, e vice-versa.” UNESCO; CIVICUS. *ECG: educação para a cidadania global*. Brasília: UNESCO. 2022. p. 14.

desrespeitosa apenas por ser quem é. Assim, falar sobre as diversidades é refletir sobre a dignidade humana de todas as pessoas. Quando uma sociedade valoriza as diferenças e respeita as diversidades, ela se torna mais acolhedora, responsável e solidária.



Adobe Stock/Lila Patel

Essas diversidades e originalidade das identidades configuram a existência de grupos e sociedades que compõem o que conhecemos como humanidade. Podemos falar de diversidades étnicas, culturais, religiosas, de gênero, e todas apresentam aspectos da multiplicidade que faz parte do que é uma sociedade. Compreender que cada pessoa tem uma identidade única nos permite valorizar e cultivar o respeito, a empatia (colocar-se no lugar do outro) e a solidariedade em relação a todas as outras, mesmo que – e principalmente – sejam diferentes de nós. Nossa compromisso no exercício da cidadania global deve ser o de criar uma sociedade mais plural e empática e que exerce constantemente o respeito mútuo.

Conviver com as diversidades requer praticarmos as chamadas competências interculturais (habilidades, atitudes e comportamentos), que

“em essência, tratam de melhorar as interações humanas entre as diferenças, seja dentro de uma sociedade (diferenças devido à idade, sexo, religião, status socioeconômico, afiliação política, etnia e assim por diante) ou além das fronteiras”².

Significa, na prática, desenvolvermos elementos-chave como: mais autoconsciência, abertura ao diferente, respeito, reflexão, empatia e mais consciência dos outros.

1.1 DIVERSIDADES ÉTNICAS E DIÁLOGO INTERCULTURAL

Em um mundo interconectado, no qual podemos acessar um impressionante universo de informações e interagir com pessoas de todo planeta com um toque na tela do celular, é comum que pessoas de culturas das mais diversas tenham contato umas com as outras. Isso faz com que

2. DEARDORFF, Darla K. *Manual for developing intercultural competencies: story circles*. UNESCO. Paris: 2020.

possamos identificar valores comuns entre elas, mas também alguns conflitos ou dificuldades de relação.



Adobe Stock/Halfpoint

Esse texto aborda os conflitos interculturais, que ocorrem quando pessoas de diferentes culturas entram em contato. Os conflitos podem ser causados por diferenças culturais em valores, crenças, comportamentos, linguagem, tradições e normas sociais. Isso pode levar a mal-entendidos, preconceitos, discriminação, conflitos culturais e até mesmo violências. É importante promover uma conscientização intercultural que priorize o diálogo e o respeito entre as pessoas. No Brasil, esses conflitos podem ocorrer entre pessoas não indígenas e indígenas, entre pessoas de diferentes religiões, ou entre habitantes de diferentes regiões com culturas muito diferentes.

As diferenças são positivas e podem ser enriquecedoras, pois dão base às diversidades que constituem nossa sociedade. É por meio das diferenças que podemos ter interações que nos permitem compartilhar saberes e experiências e reconhecer as potencialidades de todas as pessoas. Isso envolve desde a concepção de novas soluções para desafios em comum até a reflexão sobre ambientes que respeitem as necessidades de cada grupo social. É o mapa dessas interações e o diálogo entre elas que fundamenta o que chamamos de diversidades culturais.



Esse diálogo intercultural é, portanto, a capacidade de pessoas de diferentes culturas poderem se relacionar em harmonia e com respeito, fortalecendo a sociedade em que vivem.

Diante disso, é importante se questionar: como valorizar as diversidades e promover o diálogo intercultural saudável e respeitoso? Para isso, o primeiro passo é despertar o olhar para o diferente buscando evitar estereótipos, caricaturas e padrões pré-concebidos, que reforçam representações erradas e generalizadas sobre determinados grupos de pessoas, culturas, nacionalidades e gêneros. Essas ideias sobre como determinados grupos sociais são, devem ser ou deveriam se comportar muitas vezes estão baseadas em preconceitos e produzem situações de discriminação e de exclusão social, pois mantêm na mente das pessoas um conjunto de percepções distorcidas e fantasiosas sobre determinados grupos e/ou pessoas.

Tudo isso é especialmente relevante no Brasil, que é um país composto por matrizes culturais ricas e diversas (indígena, africana, europeia etc.). E, justamente aqui, nesse contexto de diversidades que é uma das marcas da ancestralidade brasileira, não são raras as situações de conflito, por exemplo, entre pessoas de religiões diferentes, em ambientes que deveriam ser acolhedores e inclusivos, como escolas e locais de trabalho.

O preconceito, o estereótipo e a discriminação são manifestações da intolerância e podem resultar em violências e violações graves de direitos humanos. Posturas como essas não estão de acordo com a cidadania global, que pressupõe a promoção e a valorização de todos os direitos humanos.

Você sabia?



COLEÇÃO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA FORTALECE ELO COM HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA

A sociedade brasileira conta com a maior população originária da diáspora africana no mundo, ou seja, de todos os africanos que foram obrigados a deixar seu continente de origem no passado, a maioria veio para o Brasil. No entanto, mesmo com essa influência populacional expressiva, a história

e as culturas africanas foram ignoradas e deixadas de lado por muitas décadas nas escolas e nos espaços de convívio e decisão.

Para recuperar esse elo com os diferentes povos africanos que vieram para o Brasil séculos atrás, a coleção História Geral da África foi traduzida para a língua portuguesa.

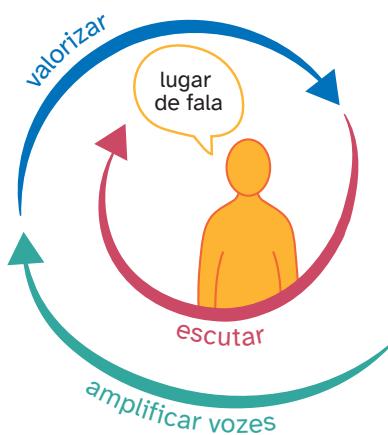
A coleção foi traduzida no âmbito do programa Brasil-África: Histórias Cruzadas, estabelecido entre o MEC e a UNESCO no Brasil em 2003. Esse programa contou com várias ações para promover a história e as culturas africanas de modo a transformar as relações entre os diferentes grupos raciais que coexistem no país e contribui para o cumprimento da Lei 10.639/2003, que determina o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas brasileiras.

Saiba mais [aqui](#).

1.2 LUGAR DE FALA: RESPEITO E RECONHECIMENTO

Você provavelmente já deve ter escutado a expressão “**lugar de fala**”. Ela tem ganhado mais espaço nos debates dos últimos anos sobre justiça social, diversidades e direitos humanos. Lugar de fala é a posição que cada pessoa ou grupo ocupa na sociedade, considerando sua percepção de mundo, que é formada pela sua experiência e trajetória individual, que fundamenta sua opinião e posicionamento frente a determinadas pautas. Esse conceito é importante para entendermos as diversas perspectivas que constituem uma sociedade plural. Cada pessoa ou grupo traz consigo um conjunto único de vivências que merece ser ouvido e respeitado: isso é seu lugar de fala. Esse lugar não limita o discurso, pelo contrário, ele valoriza as experiências e favorece uma interação social mais justa e empática, em especial no respeito aos grupos com vozes historicamente silenciadas, a exemplo dos indígenas e negros.

Respeitar o lugar de fala é exercitar a capacidade de honrar as experiências que diferenciam as pessoas, mas que também as conectam. É compreender também que determinados temas impactam mais diretamente alguns grupos do que outros e que suas percepções e vivências devem ser escutadas e levadas em consideração. Por exemplo, temas como racismo, homofobia e discriminação de gênero são vivenciados de forma muito específica



por pessoas negras, LGBTI e mulheres, que sofrem com essas opressões em seu cotidiano. Por isso, o respeito ao lugar de fala é, na prática, uma atitude que valoriza o reconhecimento da individualidade e da coletividade, evitando que o espaço de fala seja tomado apenas por quem não vivencia essas questões de forma concreta.

O reconhecimento é o próximo passo na valorização do lugar de fala. Reconhecer o valor e a importância das experiências pessoais e coletivas é uma forma de validar essas vivências e dar credibilidade às narrativas dos grupos envolvidos. Isso significa ouvir, validar, apoiar e garantir que esses grupos tenham espaço para compartilhar suas histórias, opiniões e demandas. Esse reconhecimento deve acontecer em todos os âmbitos da vida social: no trabalho, na escola, nos meios de comunicação e na formulação de políticas públicas pelos governantes. Toda vez que reconhecemos e respeitamos as experiências dos outros como legítimas e valiosas, promovemos a inclusão e a equidade, condições essenciais para uma sociedade justa.

Não é fácil, para muitas pessoas, compreender e reconhecer o conceito de lugar de fala. Há resistência e críticas, especialmente de quem ainda não comprehende bem a importância desse conceito para o debate público de determinados temas. Por isso, é importante lembrar que todas as pessoas podem e devem discutir temas de interesse social, mas é fundamental que se reconheça que o impacto das palavras e a importância das vozes de quem é diretamente afetado por determinado assunto devem ser os protagonistas dos debates. Ao respeitar o lugar de fala, quem está fora de determinada vivência e/ou realidade contribui para amplificar as vozes de quem vive aquela realidade.

Adobe Stock/Talita



Em muitos espaços, o respeito ao lugar de fala ainda é uma prática nova e em construção. A sociedade tem sido historicamente estruturada para dar mais espaço a certas vozes e excluir outras. Quando essas vozes que muitas vezes foram silenciadas ganham espaço e são, enfim, amplificadas, questiona-se o lugar e a sua legitimidade, pois geram incômodo ou resistência a quem não quer ouvi-las. Contudo, é essencial que esses espaços de debate e discussão estejam abertos ao aprendizado e à revisão de suas práticas, permitindo que mais pessoas possam compartilhar suas experiências sem medo de serem interrompidas ou desvalorizadas. O respeito ao lugar de fala é um exercício contínuo e extremamente importante de desconstrução de comportamentos que impedem a inclusão e a consolidação do acolhimento de todas as diferenças e diversidades.

As instituições têm um papel fundamental na promoção do respeito e do reconhecimento do lugar de fala. Empresas, escolas, universidades e governos podem criar políticas institucionais que garantam a presença e a escuta das mais diversas vozes de pessoas e grupos em suas decisões e práticas. Toda vez que uma organização se compromete a incluir e a respeitar as diferentes experiências e pontos de vista, ou seja, o lugar de fala, ela amplia a representatividade e se aproxima mais da realidade da comunidade na qual está inserida e com a qual trabalha. Esse processo permite decisões mais inclusivas e eficazes, porque estão legitimadas pelo

sentimento de pertencimento, e possibilitam mais impacto social positivo e fortalecimento dos vínculos com todos os grupos que integram a comunidade.

Juntos, o lugar de fala, o respeito e as diversidades de pessoas e grupos são fatores intimamente conectados e são as bases para uma sociedade mais inclusiva e democrática. O lugar de fala coloca-nos diante da necessidade de reavaliação constante das nossas práticas sociais e das atitudes pessoais, em um movimento para valorizar cada indivíduo como parte fundamental do grande tecido que chamamos de sociedade. A construção de uma sociedade que respeite esses valores exige perseverança e disposição para colocar em prática o que se aprende a cada dia. Dessa forma, o lugar de fala deixa de ser um conceito abstrato e torna-se uma prática real que transforma relações e estimula uma convivência mais respeitosa e enriquecedora para todas as pessoas.

Adobe Stock/Dedraw Studio



2. Equidade e inclusão

Adobe Stock/ckybe



Ter igualdade significa dizer que todos temos os mesmos direitos. Mas será que, na prática, todos estão usufruindo desses direitos da mesma forma? No nosso dia a dia, notamos que esses direitos nem sempre conseguem alcançar todas as pessoas da mesma maneira. Algumas vezes é até importante que, para respeitar determinados grupos e suas necessidades, existam direitos diferentes para corrigir desigualdades, falta de oportunidades e discriminações. E é aí que entra a chamada **equidade**.



Você provavelmente já ouviu a expressão “todo mundo tem as mesmas 24 horas por dia” e, também, as reações a essa afirmação que, na prática, é bastante questionável. Vamos tomar como exemplo a rotina de dois moradores de uma metrópole como São Paulo:

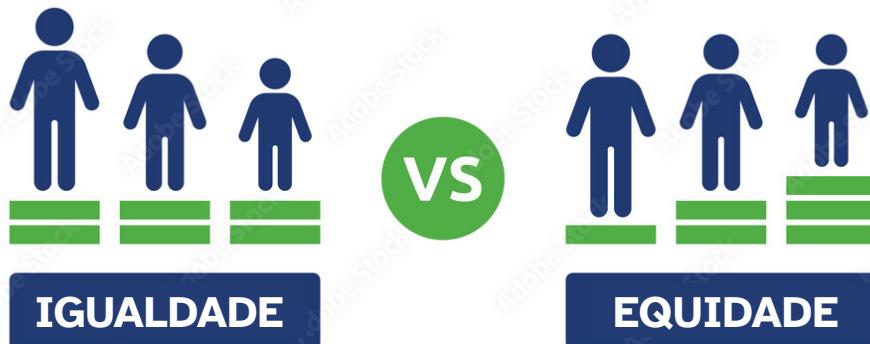
um deles mora no extremo da região leste da cidade e gasta cerca de duas horas no transporte público somente para chegar ao trabalho, no Centro. O outro mora perto do emprego, tem carro e perde menos de 20 minutos no deslocamento diário para ir e voltar. Podemos dizer que essas duas pessoas têm as mesmas oportunidades para garantir uma qualidade de vida digna para elas e suas famílias? Certamente, não. A desigualdade de tempo é, por si só, determinante para o investimento que se faz em educação, saúde, alimentação, exercícios físicos, descanso e convivência familiar.

A equidade é a busca para sermos justos diante das necessidades específicas de cada pessoa ou grupo, na medida em que um tratamento igual para todos, sem um olhar para as diferenças, pode violar direitos, ao invés de garantir-los. Assim, equidade é agir de maneira justa, respeitando e reconhecendo características individuais e necessidades peculiares de cada pessoa ou grupo. Como exemplo de ações que visam garantir a equidade temos as políticas de ações afirmativas, como as cotas raciais, que procuram minimizar a desigualdade decorrente das relações em sociedade e das omissões históricas.

As ações afirmativas são políticas públicas (e institucionais, no caso de organizações sociais e empresas) para diminuir a desigualdade política, social e econômica entre grupos de uma sociedade, combatendo a discriminação e promovendo a igualdade de oportunidades. O objetivo é permitir que grupos historicamente em condição de vulnerabilidade, devido a fatores como raça, gênero, etnia, orientação

sexual e deficiência, por exemplo, consigam ter acesso a políticas que diminuem as desigualdades no emprego, na educação, na saúde etc.

A equidade tem relação direta com os conceitos de igualdade e de justiça social. Observe a imagem abaixo e perceba a diferença entre igualdade e equidade.



Adobe Stock/Icons-Studio

As desigualdades ainda persistem em nossa realidade, e o princípio da igualdade mostrou-se insuficiente para enfrentar essa questão, uma vez que ele não reconhece as necessidades específicas de muitos indivíduos e grupos. Por isso, a implementação de políticas fundamentadas na equidade e na justiça social têm a função de aprimorar todos os aspectos da sociedade.

Em uma sociedade complexa como a brasileira, composta por pessoas com identidades, culturas e características tão diferentes, na qual as diversidades se fazem presentes em todas as suas formas, ainda existem grupos que se encontram em situação de

vulnerabilidade. Para lidar com as necessidades de cada grupo é preciso, então, pensar na elaboração de direitos específicos, e é nesse contexto que surgem os debates sobre os direitos étnico-raciais, por exemplo.

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o mundo passou a levar em consideração as particularidades de grupos considerados vulneráveis historicamente, havendo um reconhecimento de que a discriminação étnica e racial seria um problema histórico de toda a humanidade. Sabemos que diversos povos sofrem marginalização e foram escravizados, o que desencadeia manifestações variadas de racismo até os dias de hoje.

Com a intenção de reconhecer mundialmente os direitos étnico-raciais, em 1966 a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, que foi ratificada pelo Brasil alguns anos depois. O documento condena a discriminação racial e estabelece que os países que assinaram o tratado devem adotar uma política de eliminação da discriminação racial em todas as suas formas e de promoção de entendimento entre todas as raças. Para isso, a declaração estabeleceu que sejam revistas as políticas governamentais nacionais e locais e adotadas medidas legislativas para proibir e pôr fim à discriminação racial praticada por pessoas, grupos ou organizações.

No Brasil, a defesa dos direitos fundamentais das pessoas pretas, pardas e indígenas está muito vinculada com a própria defesa da democracia. O combate à discriminação étnico-racial em nossa sociedade tem relação direta com o exercício da cidadania local e global e é sinônimo de combate ao racismo. Uma das formas mais conhecidas de enfrentamento a esse racismo construído durante anos são as políticas de reparação, como as ações afirmativas, que incluem as cotas em universidades públicas e órgãos públicos, entre outras. Na prática, cidadaniar também é combater o racismo em todas as suas formas, é entender as diversidades étnico-raciais como um valor positivo da sociedade e é trabalhar de forma ativa para que todas as pessoas tenham seus direitos respeitados.

Outro debate importante sobre o tema da equidade e da inclusão é o da desigualdade de gênero. Essas desigualdades ocorrem nas oportunidades de educação, participação política, direitos, segurança, mercado de trabalho etc. A **igualdade de gênero** é, na verdade, uma questão de poder. Séculos de discriminação e machismo estruturaram as bases de nossa sociedade, criando uma desigualdade de poder entre os gêneros em nossa economia, sistema político, corporações etc. A evidência está em todo lugar, como esclarece o texto que segue.



As mulheres ganham 77 centavos por cada dólar ganho pelos homens. A pesquisa mais recente do Fórum Econômico Mundial diz que serão necessários 257 anos para fechar essa lacuna. Enquanto isso, mulheres e meninas fazem cerca de 12 bilhões de horas de trabalho não remunerado todos os dias, o que simplesmente não é levado em conta na tomada de decisões econômicas. (...)

(...) A representação política é a evidência mais clara da diferença de poder entre os gêneros. As mulheres são superadas em número em média de 3 a 1 nos parlamentos de todo o mundo, mas sua presença está fortemente correlacionada com a inovação e o investimento em saúde e educação. Não é por acaso que os governos que estão redefinindo o sucesso econômico para incluir bem-estar e sustentabilidade são liderados por mulheres.⁴

4. Guterres, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85190-artigo-desigualdade-de-poder-entre-os-gêneros>. Acesso em: 9 nov. 2024.

Sem igualdade de gênero é impossível alcançarmos o desenvolvimento sustentável no mundo e construirmos uma cultura de paz. Para criar um mundo mais inclusivo, justo e equitativo, é preciso garantir que todos os homens e mulheres e todos os meninos e meninas tenham o direito a uma vida digna.⁵

Ações e políticas públicas enfrentam essas desigualdades para que, com o passar do tempo, a igualdade possa ser alcançada. “Para garantir a justiça, muitas vezes devem ser implementadas medidas para compensar as desvantagens que impedem mulheres e homens de atuar em condições de igualdade.”⁶



Você já deve ter ouvido falar da jovem Malala Yousafzai, ativista paquistanesa defensora da educação feminina e dos direitos humanos.

Em um trecho do livro “Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã”, ela diz o seguinte:

Creative Commons - Attribution Licence/Simon Davis/DFID

5. UNESCO e CIVICUS. *Educação para a Cidadania Global: manual do estudante* - Unidade 2. Capítulos 4 e 5. Brasília: UNESCO, 2022.

6. Idem

Minhas amigas e eu não conseguíamos entender o que havia de tão errado. “Por que eles não querem que as meninas estudem?”, perguntei a meu pai.

“Eles têm medo da instrução”, foi a resposta.⁷

O tema da equidade e da inclusão está bastante ligado à história de vida de Malala. Ela nasceu em 12 de julho de 1997, no Paquistão e, desde muito jovem, teve acesso ao mundo da educação, porque seu pai era gestor de uma escola para meninas.

Em 2008, quando tinha apenas 11 anos, Malala, usando um apelido, começou a escrever um blog para a BBC Urdu⁸, onde documentava sua vida sob o regime do Talibã⁹, que ameaçava o Paquistão, país vizinho ao Afeganistão, onde o regime surgiu. Nesse período, o Talibã proibiu as meninas de frequentarem escolas e impôs várias restrições às mulheres.

7. YOUSAFZAI, Malala. *Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

8. A BBC Urdu é o serviço de notícias da *British Broadcasting Corporation* (BBC) em urdu, uma das línguas oficiais do Paquistão. O serviço foi lançado em 1947, pouco antes daquele país tornar-se independente, para fornecer notícias, reportagens, análises e programas de rádio em urdu para o público do Paquistão, Índia e regiões de língua urdu em todo o mundo.

9. O Talibã é um regime político islâmico fundamentalista que governou o Afeganistão entre 1996 e 2001. Defende uma interpretação rígida da lei islâmica, a Sharia, e impôs um regime autoritário que restringia as liberdades individuais, especialmente para as mulheres. Durante o seu governo, o Talibã impôs uma série de regras rigorosas, incluindo a proibição da educação para mulheres, restrições na vestimenta feminina, limitações na liberdade de expressão e de movimento. Recentemente, em 2021, o grupo retornou ao poder e retomou as restrições às mulheres.

Malala e sua família resistiram a essa opressão e defenderam o direito das meninas à educação.

Em 9 de outubro de 2012, aos 15 anos, Malala foi vítima de um ataque de um membro do Talibã enquanto voltava para casa da escola em um ônibus. Ela foi baleada na cabeça, mas sobreviveu ao ataque. Após o atentado, foi transferida para um hospital do Reino Unido, onde recebeu tratamento e se recuperou.

O ataque a Malala ganhou repercussão mundial, e ela tornou-se uma figura conhecida na luta pelos direitos das mulheres à educação. Depois, ela fundou o Fundo Malala, uma organização sem fins lucrativos que promove o acesso das meninas à educação em todo o mundo, incluindo o Brasil.



Malala inspira artistas por todo o mundo. Um mural grafite em Istambul estampa seu rosto em homenagem ao Prêmio Nobel da Paz.

Ao longo dos anos, Malala tem usado sua voz para defender a igualdade de gênero e os direitos humanos, especialmente o direito à educação. Ela tornou-se a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz em 2014, aos 17 anos, em reconhecimento ao seu trabalho incansável em favor da educação.

5 IGUALDADE DE GÊNERO



Malala segue seu trabalho no esforço de fazer com que o mundo cumpra o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, que é um dos 17 ODS propostos pelas Nações Unidas para serem alcançados até 2030. A meta de Malala e de muitas outras pessoas e grupos é acabar

com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todas as partes e eliminar todas as formas de violência contra elas. Os esforços para garantir o direito à vida e à saúde de mulheres e meninas encontram-se com a busca da humanidade por garantir a participação plena e efetiva dessas mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão em relação às suas próprias vidas e às vidas política, econômica e pública.

Esse conjunto de ações para reduzir os impactos de opressões históricas que impediram as mulheres de participar das decisões que afetam suas vidas é o chamado empoderamento das mulheres. Ele sintetiza o processo da conquista da autonomia e a libertação das mulheres da opressão de gênero¹⁰. Tem por objetivo questionar,

10. A opressão de gênero é um termo que envolve a discriminação e a desigualdade baseadas no gênero. Ocorre quando uma pessoa é alvo de preconceito, violência ou restrições de direitos em razão de sua identidade de gênero ou comportamento que não está de acordo com as normas socialmente aceitas para o seu gênero.

desestabilizar e pôr fim à ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas e possibilitar que as mulheres assumam mais controle sobre seus corpos e suas vidas¹¹.

Voltando à história de Malala Yousafzai, que se tornou um símbolo de empoderamento feminino, percebemos que sua coragem, determinação e resistência mostraram às mulheres do mundo todo que elas têm voz e podem fazer valer seus direitos. O que está por trás do trabalho de Malala é a crença de que é por meio da educação que as mulheres podem se libertar das amarras sociais que lhes são impostas. Ela é uma inspiração para as mulheres do mundo todo porque as encoraja a serem fortes e a não se calarem diante das injustiças. Sua história mostra que é possível fazer a diferença e atuar por um mundo mais justo e igualitário para as mulheres.

Entretanto, o exemplo de Malala não irá, por si só, provocar uma transformação na vida de todas as mulheres e dar a elas o poder de escolha que as opressões lhes tiraram por séculos. As conquistas de Malala e de tantas outras mulheres nesse campo só poderão promover a libertação e a autonomia desse grupo, se estiverem aliadas a outras sucessivas ações políticas e sociais que mantenham seus direitos e assegurem o empoderamento de outras mulheres.¹²

11. SARDENBERG, Cecília M.B. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. a Comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5 a 10 de junho de 2006. Disponível em: <http://surl.li/pspgqf>. Acesso em: 9 nov. 2024.

12. Adaptado de CANAL ONU MULHERES BRASIL. *Empoderamento das mulheres*. YouTube, 2016. 1 vídeo (2min37s). Disponível em: https://youtu.be/6RSc_XYezig?si=cgmbaj0nXf2siR. Acesso em: 9 nov. 2024.

Você sabia?

EMPODERAMENTO DAS MULHERES

A ONU Mulheres elaborou um vídeo em 2016 explicando o que significa o empoderamento de mulheres. O vídeo traz algumas informações esclarecedoras como as listadas a seguir.

Empoderar-se é conquistar mais liberdade, conseguir autonomia, ter influência, ser capaz de determinar o que a mulher quer e como quer. Significa também poder decidir sobre assuntos que afetam sua vida, corpo, casa, trabalho, cidade, estado, país e o mundo.

As mulheres tornam-se empoderadas quando:

- investem em sua educação e capacitação;

- conhecem os seus direitos e reconhecem as suas responsabilidades;
- têm voz ativa para expor o que pensam e o que querem;
- tomam decisões sobre o seu próprio corpo e decidem se querem ser mãe ou não;
- ocupam espaços de poder e decisão;
- decidem qual carreira trilhar e recebem um salário justo pelo que fazem.

Empoderar as mulheres é fazer com que elas sejam quem quiserem ser, assegurando que as mulheres e os homens se beneficiem dos mesmos direitos e oportunidades.



Com esses exemplos, você deve ter percebido como temas de desigualdades étnico-racial e de gênero estão conectados com os estudos que estamos fazendo neste Guia Cidadaniar. Nossa intenção é trazer elementos e discussões que estimulem você a identificar formas de promover a igualdade de oportunidades e o respeito à individualidade de cada pessoa. Por isso, tratamos das diversidades, que se referem à multiplicidade de características e diferenças existentes entre os indivíduos, como raça, etnia, gênero, por exemplo, e chamamos a atenção para a importância de reconhecer e valorizar as diversidades para a criação de ambientes inclusivos.



2.1 “NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS”



Nações Unidas/Brasil

A expressão “não deixar ninguém para trás” é um princípio central das políticas de justiça social, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Desde 2015, com a divulgação dos ODS pelas Nações Unidas, países de todo o mundo tentam contribuir com as 169 metas e com a Agenda

2030. O lema “não deixar ninguém para trás” passou a guiar a implantação dos ODS por um desenvolvimento sustentável ambiental, econômico e social, porque precisamos de todos unidos nessa luta e porque não podemos nos descuidar de ninguém, nenhum grupo, nenhuma cultura, nenhuma etnia, nenhum gênero. Esse princípio coloca em destaque a responsabilidade coletiva de assegurar que todos possam desfrutar de uma vida digna e que as condições de vulnerabilidade sejam ativamente combatidas por meio de políticas e ações públicas.

O desafio para “não deixar ninguém para trás” passa pela criação de políticas públicas que atendam às necessidades dos grupos mais vulneráveis. O combate à pobreza, a ampliação do acesso à saúde e à educação de qualidade, o direito à moradia, à segurança alimentar e à inclusão no mercado de trabalho são aspectos fundamentais dessa agenda. É essencial que governos e instituições

se comprometam com a criação de mecanismos que promovam a inclusão social e que minimizem as desigualdades. Essa luta envolve um esforço coletivo e mundial, que exige ações locais e internacionais articuladas de maneira conjunta para garantir que as necessidades específicas de cada grupo sejam contempladas com equidade.

É importante reconhecer também que o compromisso de não deixar ninguém para trás significa prover acesso aos recursos básicos e, ao mesmo tempo, garantir dignidade e autonomia. As pessoas devem ser vistas como agentes ativos e capacitados de transformação social, capazes de tomar decisões sobre suas vidas e contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades. Assim, respeitar o princípio de “não deixar ninguém para trás” envolve criar oportunidades que promovam a participação ativa de todos os grupos sociais e incentivem sua autonomia, algo que passa também pelo respeito ao lugar de fala, já mencionado antes. Dessa forma, cada indivíduo pode exercer plenamente seus direitos e ser reconhecido como uma parte fundamental de sua comunidade.

Um ponto relevante nessa discussão é o enfrentamento das discriminações estruturais que impedem o avanço de determinados grupos na sociedade. A desigualdade racial, a discriminação de gênero, a xenofobia¹³ e a exclusão das pessoas com deficiência

13. Termo usado para designar o preconceito, a aversão e a repulsa a pessoas de outros países ou regiões.

são barreiras que, se não combatidas de maneira firme e objetiva, continuarão a deixar muitas pessoas sem acesso a seus direitos, vitimadas por violações dos direitos humanos. O trabalho para acabar com essas formas de opressão precisa ser constante e integrado às práticas institucionais (do governo, das empresas etc.), às leis e ao cotidiano das comunidades. A superação dessas barreiras exige um compromisso de todas as pessoas com a equidade e a justiça social e a construção e consolidação de uma cultura que valorize e respeite as diversidades.

Em resumo, a expressão “não deixar ninguém para trás” não é apenas um lema motivador; é uma convocação para a ação e para a criação de uma sociedade que coloque a dignidade humana no centro de suas políticas e práticas. Isso significa comprometer-se com uma luta contínua por direitos, com a implementação de políticas públicas inclusivas e com o combate às discriminações.

Depositphotos/evdoha





Você sabia?

INCLUSÃO EFETIVA NA EDUCAÇÃO: NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS¹⁴

No mundo todo o direito humano básico à educação sofre ameaças. Diferenças socioeconômicas e digitais põem os estudantes mais desfavorecidos em situação de perda de aprendizagem ou em risco de abandonar a escola, ao passo que estigmas, estereótipos e discriminação, geralmente relativos a gênero, local onde vivem, deficiência, etnia, religião, orientação sexual etc., também fazem alunos sofrerem nas salas de aula todos os dias.

Esses exemplos de exclusão revelam um grande desafio à educação: fazer com que identidade, histórico e habilidades não determinem as oportunidades educacionais de

uma pessoa e que a segregação e a estigmatização não piorem ainda mais as desigualdades que já atingem as pessoas mais vulnerabilizadas na sociedade.

Por isso, a educação inclusiva tem de levar em consideração as necessidades de todas as pessoas, sem exceção, não importando sua identidade, origem ou habilidades. A inclusão verdadeira e efetiva faz com que todos os estudantes se sintam respeitados e valorizados e tenham mais chances de se desenvolver. Essa educação verdadeiramente inclusiva depende de um processo que inclui políticas públicas específicas (federais, estaduais, municipais) e mudanças nas atitudes de professores e diretores em direção às diversidades.

14. Adaptado de UNESCO. *Relatório de monitoramento global da educação 2020: inclusão e educação: todos, sem exceção*. Paris: UNESCO, 2020.

Promover o respeito aos direitos humanos, a justiça social, as diversidades, a igualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental é a base de uma educação para cidadania global e é o motivo para que discutamos aqui questões como a identidade, as diversidades e a coletividade¹⁵. Tudo isso contribui para nutrir o sentimento de pertencimento a uma humanidade comum, que compartilha valores e responsabilidades e demonstra empatia e respeito por diferenças e diversidades.

A partir do momento em que uma pessoa se identifica como membro de uma humanidade comum e que valoriza as diversidades e os direitos humanos, há a compreensão das suas responsabilidades como cidadã global. Isso significa que, quando consegue assumir sua identidade e entender qual é seu papel nos mais diferentes contextos que a cercam (família, amigos, trabalho, escola, comunidade), fica mais fácil compreender também seu papel como cidadã global.

Garantir que nenhuma pessoa seja excluída implica reconhecer que todos os indivíduos devem ser contemplados por iniciativas e benefícios provenientes do desenvolvimento sustentável. É fundamental que esses esforços sejam concentrados, sobretudo, nas pessoas que se encontram em condições de mais fragilidade¹⁶.

15. UNESCO e CIVICUS. *Educação para a Cidadania Global*. Manual do estudante Unidade 2 – capítulos 4 e 5. Brasília: UNESCO, 2022.

16. UNESCO. *Educação para o desenvolvimento sustentável na escola: caderno introdutório* / editado por Tereza Moreira e Rita Silvana Santana dos Santos. Brasília: UNESCO, 2020.

Vamos praticar?

Agora que você aprendeu mais sobre participação social e juventudes, vamos propor reflexões e atividades pessoais para que pense sobre seu papel e suas ações, e sobre como o mundo à sua volta dialoga com os temas que tratamos aqui. Sugerimos que você crie um diário de experiências, como um caderno onde você escreve suas reflexões, revise anotações e registre ideias. E então... vamos praticar?

Atividade 1

Converse com grupos e pessoas que façam parte de coletivos e/ou de associações que atuam em prol de direitos específicos (direito das mulheres, direito das pessoas com deficiência, direito dos povos indígenas, direitos das pessoas trans etc.) e identifique os desafios e principais lutas que essas pessoas enfrentam.

Atividade 2

Pesquise textos e falas de pessoas ligadas a grupos que lutam por direitos e identifique as experiências e visões de mundo, respeitando o lugar de fala delas. Permita-se, em seguida, refletir sobre as vivências relatadas por elas e sobre as suas próprias.

Anotações

Vamos cidadaniar?



Como bons multiplicadores de conhecimentos e experiências, apresentamos, com base na metodologia do Projeto Cidadaniar, uma proposta de roteiro de aula que pode ser aplicado em oficinas com jovens e adultos sobre os temas tratados neste Guia. Vamos cidadaniar?

Roteiro de Aula – Diversidades, Equidade e Inclusão

Tema da aula: diversidades, equidade e inclusão

OBJETIVOS

Aprender a ser (atitudes e valores)

- Reconhecer a importância das diversidades, equidade e inclusão.
- Compreender e reconhecer temas transversais sobre diversidades, equidade e inclusão.
- Valorizar ações e práticas de respeito e reconhecimento das diversidades, equidade e inclusão.



Aprender a conhecer (conhecimentos)

- Reconhecer e promover as diversidades, a equidade e a inclusão em seu cotidiano individual e no da sua comunidade.
 - Conhecer conceitos e reflexões conceituais sobre os temas tratados.
 - Ampliar conhecimentos sobre diversidades, equidade e inclusão.
-

Aprender a fazer (práticas e habilidades)

- Desenvolver habilidades para identificar e encaminhar propostas de ações que ampliem diversidades, equidade e inclusão.
-

Aprender a conviver (relacionamento social)

- Compartilhar o poder de decisão como uma estratégia que contribui para maior diversidades, equidade e inclusão.
 - Identificar as necessidades das pessoas do grupo e buscar alternativas para apoiá-las.
-

CONTEÚDOS

- O que é diversidades, equidade e inclusão?
- O que é lugar de fala?
- Equidade e inclusão
- O que é “não deixar ninguém para trás”?



ROTEIRO DA AULA

Apresentação dos participantes

Tempo: 20 min

Distribua ao grupo pequenos objetos variados (bonecos, bolas, canetas, chaveiros etc.) e peça aos participantes para escolher apenas um. Em seguida, cada pessoa apresenta-se e, em sua fala, identifica o que o objeto tem de semelhanças e de diferenças com ela mesma.

Apresentação da proposta da aula

Tempo: 5 min

Apresente os temas a serem trabalhados e os objetivos a serem alcançados na oficina.

Exposição dialogada sobre o tema central

Tempo: 30 min

Dialogue sobre a importância das diversidades e da inclusão, com base nos temas disponibilizados neste Guia Cidadaniar.

Dinâmica sobre o tema central

Tempo: 50 min

Divida os participantes em pequenos grupos para que discutam seus objetivos de carreira e como a educação os ajudará a atingi-los. Em seguida, informa aos participantes o número de meninas em todo o mundo que não frequentam os anos iniciais do ensino fundamental. Peça para que realizem uma discussão em grupo sobre quais os possíveis motivos para essa situação. Você pode usar um mapa para mostrar os países onde um alto número de meninas não frequenta a escola. A seguir, apresente a paquistanesa Malala Yousafzai e o trabalho dela como ativista educacional global.

Além disso, compartilhe uma entrevista ou um discurso que ela já tenha feito.

Por fim, peça para que os participantes busquem identificar e citar as situações em que seus direitos foram negados ou o de pessoas da comunidade, por causa da falta de respeito às diversidades e à inclusão.

Intervalo

Tempo: 15 min

Dinâmica em grupos

Tempo: 45 min

Distribua pequenas notícias aos participantes. Divida-os em pequenos grupos para que leiam e discutam as notícias que receberam. Cada notícia deve descrever de forma resumida um conflito ou uma tensão que envolve preconceito ou desrespeito às diversidades, à equidade e à inclusão. Peça então que cada grupo imagine qual pode ser a solução de cada problema apresentado pelas notícias e compartilhe suas ideias com o grupo todo. Em seguida, eles avaliam o impacto que diferentes soluções possíveis podem ter sobre os direitos dos envolvidos.

Atividade prática

Tempo: 30 min

Pergunte aos participantes como gostariam que sua escola/comunidade/cidade/país ou o mundo fosse daqui a dez anos, com base nos estudos de diversidades, equidade e inclusão. Os estudantes trabalham individualmente, em duplas ou em pequenos grupos para apresentar suas ideias em cartazes ou textos e/ou desenhos. Em seguida, compartilham seus resultados com todas as pessoas presentes. Você deve incentivar uma discussão sobre quais visões de futuro eles consideram ter mais prioridade e como elas podem ser alcançadas.

Trabalho pessoal

Tempo: 5 min

Depois de todas as propostas, é hora de os participantes pensarem sobre sua própria ação cotidiana em prol do respeito às diversidades, à equidade e à inclusão. Sugira que escrevam em um diário de experiências uma breve reflexão sobre ações de respeito às diversidades que podem ser realizadas em sua comunidade.

Encerramento

Tempo: 10 min

Para encerrar a atividade, peça que cada estudante compartilhe algo de que gostou na aula, algo pelo qual gostaria de melhorar na próxima vez, ou algo que tenha descoberto. De forma breve, cada participante compartilha um exemplo de cada uma dessas três opções.

AVALIAÇÃO E REGISTRO

Facilitador: deve usar o caderno de experiências para registrar os desafios e pontos positivos da oficina. As perguntas e situações que surgiram entre os participantes podem ser compreendidas como melhorias para os próximos encontros.

Participante: deve usar a dinâmica de encerramento voltada à avaliação pelos participantes.

Anotações



Anotações

Referências

DEARDORFF, Darla K. *Manual for developing intercultural competencies: story circles*. Paris: UNESCO, 2020.

GUTERRES, António. *A desigualdade de poder entre os gêneros*. As Nações Unidas no Brasil. 03 março 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85190-artigo-desigualdade-de-poder-entre-os-gêneros>. Acesso em: 9 nov. 2024.

POLITIZE. *Migrantes e refugiados no Brasil: quais os seus direitos?* 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/migrantes-e-refugiados-no-brasil/>. Acesso em: 9 nov. 2024.

SARDENBERG, Cecília M.B. *Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista*. a Comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5 a 10 de junho de 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2024.

UNESCO e CIVICUS. *Educação para a cidadania global: manual do estudante*, Unidade 2 – capítulos 4 e 5. Brasília: UNESCO, 2022.

UNESCO. *Educação para o desenvolvimento sustentável na escola: caderno introdutório*. Editado por Tereza Moreira e Rita Silvana Santana dos Santos. Brasília: UNESCO, 2020.

UNESCO. *Relatório de monitoramento global da educação 2020: inclusão e educação: todos, sem exceção*. Paris: UNESCO, 2020.

YOUAFZAI, Malala. *Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

